

IDENTIDADE E DISCURSO NAS CARTAS À REDAÇÃO

*Cristina Teixeira Vieira de Melo**

RESUMO: Neste trabalho discutimos a relação entre “construção de identidade” e “atos de fala”. Sustentamos que os enunciados que atribuem identidade têm força ilocucionária forte, pois seu proferimento realiza uma ação de demarcação social. A partir da Teoria dos Atos de Fala e da Análise do Discurso, analisamos 117 cartas à redação, publicadas nos jornais O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo, O Globo e Jornal do Brasil, sobre fatos ocorridos em 1995: o chute na santa católica e a tese sobre a possível homossexualidade de Zumbi. Tais acontecimentos suscitaram uma disputa entre católicos e evangélicos, negros e homossexuais.

PALAVRAS-CHAVE: *Identidade; discurso; atos de fala; análise do discurso.*

Introdução

Maura Penna (1997) defende a idéia de que a identidade social é uma construção simbólica. Segundo ela, diferentemente do que o senso comum costuma acreditar, a identidade social não é algo dado, algo peculiar a um indivíduo ou grupo porque ele é naturalmente como é. Ao contrário, as construções de

* Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

identidade são sempre realizadas como um trabalho simbólico dos indivíduos, em sua cultura e com a sua cultura.

De acordo com Penna, não existe uma relação direta entre atribuições de identidade e o mundo “real”. Entre um e outro existe uma mediação, constituída pelos processos de apreensão e elaboração simbólica. Se por um lado, esses processos de apreensão estão sujeitos a diretrizes de natureza social e cultural, por outro, também envolvem a elaboração pessoal, que embora não seja completamente livre, não deixa por isso de ser altamente significativa. Segundo Geertz, esses processos de apreensão podem ser analisados em distintos níveis:

O mundo cotidiano no qual se movem os membros de qualquer comunidade, seu campo de ação social considerado garantido, é habitado não por homens quaisquer, sem rosto, sem qualidade, mas por homens personalizados, classes concretas de pessoas determinadas, essas classes não são dadas pela natureza das coisas – elas são construídas historicamente, mantidas socialmente e aplicadas individualmente. (Geertz, 1978: 228-9, *apud* Penna, 1997)

Desta forma, a compreensão das atribuições de identidade não se esgota numa avaliação de suas relações com a “realidade” do mundo, porque (cf. Penna, 1997: 203) “o mundo é de tantas maneiras quantas ele possa ser corretamente descrito, visto, retratado etc. e não existe uma coisa tal como o modo ou a maneira como o mundo é”, podendo-se considerar “corretas” as atribuições para as quais se possa apresentar evidências adequadas. Estas evidências, portanto, não devem ser consideradas em termos de “verdade”, mas enquanto uma interpretação possível.

As atribuições de identidade dependem do interesse em perceber características “x” ou “y”, em função do qual é possível selecionar as evidências adequadas, apreendendo certos traços como capazes de fundamentar as atribuições de identidade. Assim, os

conteúdos predicativos dos enunciados são “atribuições interessadas”, valendo lembrar que o interesse que orienta a percepção e a atribuição depende, por sua vez, dos “esquemas de classificação” culturalmente disponíveis – ou, em outros termos, das categorias fornecidas pela língua –, assim como dos possíveis ganhos simbólicos.

A identidade não está na condição de [...], mas sim no modo como estas condições são apreendidas e organizadas simbolicamente. As marcas de identidade não estão inscritas no real, embora os elementos sobre os quais as representações de identidade são construídas sejam dele selecionadas. Estão em pauta, portanto, os processos de apreensão do mundo social: esta apreensão dá-se, sempre, através de atos de pensamento e linguagem, cujas coordenadas são geradas social e culturalmente. (Penna, 1992: 167)

Penna afirma que as identidades sociais podem ser tratadas como uma forma de classificação que delimita grupos. Concebe-se a possibilidade de múltiplas identidades sociais, construídas sobre diferentes referenciais disponíveis – ou em outros termos, sobre distintos recortes. Assim, a identidade social é uma construção simbólica e redutora, pois resulta de processos de simplificação e focalização. Em termos de identidade, o elemento de coesão (que estabelece o Nós), bem como o de diferenciação (a demarcação dos limites do grupo, em contraposição a Eles) é construído socialmente: é a classificação que dá o recorte, promovendo tanto um ordenamento (a delimitação de classes e sua relação) quanto uma qualificação (os atributos de cada classe e sua valoração).

Conforme Penna, as lutas por classificações relativas a identidades são lutas por formas de reconhecimento, em torno não apenas do critério de incorporação a uma classe, mas também do valor a ela atribuído, do conteúdo que lhe é dado. São lutas em nível da significação e da organização do mundo, pois as representações de

identidade contribuem para fazer e desfazer os grupos, ao mesmo tempo em que dependem, por outro lado, das relações de força que se estabelecem entre eles, nas práticas que cotidianamente os põem em contato e os confrontam. No jogo de reconhecimento, portanto, está em disputa o poder simbólico de estabelecer as divisões legítimas do mundo social.

O jogo de reconhecimento se dá em duas direções, nem sempre coincidentes, que se articulam dinamicamente: a) a auto-atribuição de identidade, o auto-reconhecimento; b) a alter-atribuição, a identidade que é atribuída pelo outro. Assim, a identidade do ator social é resultado de duas definições – a externa e a interna.

Penna explica que as representações de identidade cumprem funções organizacionais no grupo: demarcam seus limites (nós/ eles), estabelecem uma comunhão por sobre possíveis elementos de ruptura, criando simbolicamente uma unidade em torno de interesses (materiais e/ou simbólicos) ou mesmo de um projeto comum.

Baseando-se no princípio pragmático da linguagem, em que os fenômenos lingüísticos são basicamente ações, Penna considera a atribuição de identidade um ato ilocucionário.

A concepção de língua como forma de ação foi sistematizada, de forma decisiva, pelos filósofos ingleses que se voltaram para o estudo da linguagem ordinária – especificamente na teoria dos atos de fala (Austin, 1962 e Searle, 1969). A teoria dos atos de fala (TAF) aponta para o fato de que informar não é a única nem sequer a principal função da linguagem. Os atos de fala definem-se como uma atividade pragmática intencional que surge como efeito (força performativa) dos textos ao lado das possíveis informações (força locucional) por eles veiculadas. Compreende-se, então, que a língua pode ser usada para convencer, elogiar, criticar, ironizar, lamentar, suplicar, advertir, comandar etc. Assim, fazer uso da palavra “é um ato social com todas as suas implicações: conflitos, reco-

nhecimentos, relações de poder, constituição de identidades etc...” (Orlandi, 1988: 17).

À primeira vista, a aplicação dos referenciais teóricos da TAF às questões de identidade, no tratamento da atribuição de identidade como ato ilocucionário, parece resultar na perda da precisão que aquela teoria poderia permitir. Mas, se a re-apropriação empreendida se afasta dos moldes tradicionais de tratamento dos atos de fala, esclarece muitos aspectos envolvidos no uso da linguagem para a realização de atribuições de identidade.

A partir dessas colocações iniciais, procuramos mostrar, nos dois conjuntos de cartas analisados (o chute na santa católica, a tese sobre a possível homossexualidade de Zumbi), como os leitores que escrevem cartas à redação se posicionam publicamente como sujeitos, constituindo sua identidade social e a dos “outros”. Como os acontecimentos jornalísticos aqui estudados apontam para situações de conflito entre grupos sociais distintos: negros x homossexuais, católicos x evangélicos, nas cartas, além de se definirem como pertencentes a determinado grupo, os leitores procuram legitimar o seu poder por meio da tese que defendem.

Esse jogo e essa disputa, os quais se estabelecem entre os diferentes grupos, envolve necessariamente a construção de uma imagem de si e do outro que incorpora representações sociais. Buscamos identificar quais os mecanismos lingüísticos e discursivos que cada grupo usa para definir sua identidade e a dos demais, o que se faz, analisando a forma como os leitores se apresentam nas cartas; como se mostram ou se escondem; a partir de que lugar falam; qual a imagem que têm de seu lugar e do lugar do outro; quais as diferentes esferas de apresentação do “eu”. Ou seja, procuramos examinar o problema da identidade social, como o indivíduo se percebe como unidade diferenciada ao lado de outros com os quais partilha o mesmo espaço social de confrontos e coerções. Em suma: analisamos os modos como os leitores se posicionam, se

expressam e se representam nas cartas, e como se estabelecem as relações sociais neste espaço discursivo.

1. A briga por Zumbi: negros x homossexuais

Inserida entre os movimentos sociais urbanos das minorias, a luta dos homossexuais difere da luta de deficientes físicos, índios, negros, mulheres, ou de qualquer outro grupo socialmente excluído. O que torna o desafio dos militantes homossexuais particular é o fato de eles tratarem como política e pública uma questão tradicionalmente relegada à esfera do pessoal e do privado: a sexualidade. A causa que os homossexuais defendem é árdua. Trata-se de tomar as práticas sexuais como algo possível de inscrever no espaço público, trata-se de tornar pública uma instância individual e colocá-la como fato político. Além de reivindicar que a exposição de casais gays no espaço público seja vista como um fato normal, a comunidade homossexual busca ainda *tornar enunciável* uma prática sexual diferente ao dizer-se sujeito dela. Como diz Foucault (1969:10):

... o discurso – como a psicanálise nos mostrou – não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é objeto do desejo [...] o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar.

Desta forma, para aquele que “se assume” publicamente, *ser enunciadador* de sua própria sexualidade é um dos seus maiores desejos. O discurso da afirmação homossexual tem, portanto, uma grande importância no movimento de liberação sexual, e a militância homossexual luta para que seja quebrado o complô do silêncio sobre a homossexualidade.

Neste sentido, passou a ser uma estratégia bastante usada pelo movimento gay em todo o mundo revelar a homossexualidade, real ou imaginária, de personalidades, no intuito de engajar vozes e experiências à política pela liberação sexual. Essa forma de ativismo político, que busca dar visibilidade à homossexualidade de figuras de vulto, tomou corpo especialmente nos Estados Unidos e na Europa. No Brasil, o nome do antropólogo Luiz Mott destaca-se entre o grupo de pessoas que se alinham com este movimento.

Em maio de 1995, aproveitando a data de comemoração dos 300 anos do fim do Quilombo dos Palmares, Mott, que na época ocupava o cargo de presidente do Grupo Gay da Bahia, resolveu publicar, em jornais de Salvador e São Paulo, um artigo intitulado "Era Zumbi homossexual?". A tese de Mott sobre a homossexualidade de Zumbi já havia sido divulgada cinco anos antes, sem repercursão alguma. Ao relançá-la em mídia nacional, justamente no momento em que se comemoravam os 300 anos da morte de Zumbi, Mott foi acusado de estar sendo oportunista, de estar "pegando carona" nas festas comemorativas dos negros. Em entrevista à revista *Veja*, publicada em 31/5/95, Mott responde a essas acusações dizendo que os negros reivindicam a negritude de Machado de Assis e de Mário de Andrade exatamente quando se lembra alguma efeméride dessas personalidades. Na opinião do antropólogo, nada mais justo que também os homossexuais aproveitassem essas ocasiões para chamar a atenção sobre a sexualidade de suas celebridades. De acordo com Mott, no mundo inteiro, os movimentos das minorias fazem pesquisas para descobrir os seus heróis e assim diminuir o preconceito. "Precisamos de ídolos, de modelos positivos a nos inspirar. Falar da sexualidade de Zumbi, de Santos Dumont ou da imperatriz Leopoldina é uma tentativa de chamar a atenção da sociedade para as figuras de vulto que são homossexuais.[...] Quanto mais *zumbis*, *santos dumonts*, quanto mais cantores e cantoras baianas se assumirem, menos jovens irão parar nos consultórios psiquiátricos ou se matar com o ego

dessintonizado do desejo mais profundo. Eles precisam de modelos positivos para assumir o próprio homossexualismo”, declarou Mott.

Nesta mesma entrevista à *Veja*, Mott afirmou que no Brasil existem 15 milhões de homossexuais e, desses, 95% seriam enrustidos. Mott alegava que os homossexuais enrustidos, que ocupam destaque na mídia, poderiam ter um papel importantíssimo para diminuir a discriminação contra a comunidade gay, e aproveitou para citar nomes de vários artistas que seriam homossexuais. Tal atitude foi recriminada pelo público leitor da revista.

O problema de Mott foi justamente fazer do espaço público o lugar de exibição da privacidade de várias personalidades, contemporâneas e do passado. O pressuposto é que o povo não perdoa a “hiperexposição” de atitudes, só admissíveis em âmbito estritamente privado, como também não tolera que terceiros “difamem” pessoas públicas, alegando que elas são homossexuais, como fica claro na carta abaixo (grifos nossos):

- [1] – Não há crime algum em cada um ser o que quer que seja, o que não se pode é deixar de reconhecer a contribuição que cada um dos nomes citados pelo entrevistado nos deu, seja em relação às artes, aos inventos, à cultura etc. [...] O que é *inaceitável*, é que se *exponha a imagem de um Estado e de pessoas que significam muito para muitos brasileiros de forma tão vulgar*. O problema não é o que eles são ou deixam de ser, a questão é o que eles representam para todos nós brasileiros. [...] Não vejo defeitos nas pessoas que, por qualquer motivo, seja homossexual, bissexual, heterossexual ou o raio que o parta; pederastia, frescura, vulgaridade é que não combinam com nada. Vergonha tem quem aos outros não envergonha. (revista *Veja*)

Durante os três meses estipulados para pesquisa das cartas a respeito do caso “Zumbi” nos jornais selecionados, o número de

cartas publicadas sobre o assunto foi pequeno, um total de 15 cartas. No entanto, é importante salientar que o número de artigos veiculados nos jornais a respeito do tema foi bastante significativo. Como comemoravam-se os 300 anos da morte de Zumbi, alguns veículos chegaram a publicar cadernos especiais sobre o líder negro, em que falavam a respeito de sua possível homossexualidade.

Verificamos que o caso “Zumbi” despertou interesse especial em intelectuais, acadêmicos e membros de associações homossexuais. Das 15 cartas escritas sobre o assunto, 40% foram assinadas por professores de história, filosofia, antropologia ou membros de associações homossexuais. Nas cartas que levam a assinatura dessas “autoridades”, embora as pessoas não concordassem explicitamente com a tese do antropólogo, afirmavam ser possível a homossexualidade de Zumbi, ou seja, mostravam-se abertas a discutir a questão. Já o cidadão comum parece não ter sentido tanta necessidade de se pronunciar sobre a polêmica em torno da homossexualidade de Zumbi. Isso significa que falaram mais especialistas e menos anônimos, provavelmente porque questões da natureza que estava em debate não têm efeito direto no dia a dia das pessoas. Descobrir quais eram as verdadeiras preferências sexuais de Zumbi não iria alterar o cotidiano da população. Além disso, diferentemente da postura do grupo, intitulado acima de “pessoas autorizadas”, quando o cidadão comum decidiu escrever sobre Zumbi, foi para colocar-se contra a tese de Mott e contra a prática homossexual, como fica claro nos exemplos abaixo:

- [2] – Aproveito para cobrar das pessoas que fazem campanha contra a discriminação dos homossexuais um pouco de coerência. Afinal, a *homossexualidade é um desvio de conduta* e deve ser combatida. Sempre nas horas de perigo a Igreja teve de guiar o seu rebanho. O Papa João Paulo II sempre foi coerente em suas idéias e declarações

sobre homossexualismo, aborto, eutanásia, experiências com concepção genética, celibato dos padres etc. (*Jornal do Brasil*)

- [3] – Lendo o jornal, deparo-me com notícias como “Zumbi era homossexual” e “Lampião era homossexual”. Os grupos gays sempre protestam contra preconceito, porém, com teses bombásticas desse tipo, só vêm acirrá-lo. *Não posso admitir que minorias, sem nenhuma comprovação, lancem dúvidas sobre a orientação sexual de personagens históricos.* (*O Estado de S. Paulo*)

A estratégia de Mott de rememorar a tese sobre a homossexualidade de Zumbi, justamente no momento em que o movimento negro comemorava os 300 anos da morte do herói dos Quilombos, funcionou muito bem. Ele conseguiu chamar atenção para o preconceito que os homossexuais sofrem no país e, mais do que isso, gerou uma polêmica que ninguém esperava: deu início a uma disputa acirrada entre homossexuais e militantes do movimento negro, cada grupo reivindicando para si a imagem do líder africano.

A disputa criada em torno da figura de Zumbi foi tão forte que alguns leitores parecem ter ficado bem mais sensibilizados por ela do que propriamente pela novidade proposta por Luiz Mott. Das cartas escritas comentando a tese sobre a homossexualidade de Zumbi, 40% condenam a reação da comunidade negra contra a tese de Mott. Espantava os leitores o fato de os negros, que também são vítimas de discriminação, repudiarem a possibilidade de Zumbi ser gay, mostrando claro preconceito contra os homossexuais. Alguns exemplos:

- [4] – O comportamento dos grupos de consciência negra, agressivo, ameaçando Luiz Mott, deixou bem claro que *a homofobia está presente nas classes marginalizadas.* Parabéns Luiz Mott. (*Folha de S. Paulo*)

[5] – Essa discussão serve para colocar em cheque *quem é mais discriminado: o homossexual ou o negro? (Folha de S. Paulo)*

Nas cartas analisadas, tanto os atos de fala básicos quanto a menção à palavra “homossexualidade” e/ou seus sinônimos e termos correlatos transformaram-se numa estratégia enunciativa que deixava transparecer a formação discursiva (FD) a qual pertencia o autor da carta. Neste sentido, foi interessante observar os modos particulares de ocorrência dos termos listados no quadro 1, a seguir. Notamos que alguns utilizam certos termos mais abertamente, o que provavelmente significa que não consideram o que é designado como problemático. Os que usam muitos eufemismos, de certa maneira, consideram a homossexualidade um problema. A utilização de certos termos demasiadamente escolhidos denunciaria, exatamente pelo cuidado excessivo, atitudes preconceituosas. O cuidado acaba, assim, por afirmar que escolhas não usuais podem ser consideradas sintoma de preconceito (“amor que não ousa dizer o nome”, “pecado nefando”, “preferência sexual degenerada”). Vejamos o quadro:

Quadro 1 - Variações terminológicas de palavras-chave sobre o caso "Zumbi"

| Termos referenciados | FD para quem a homossexualidade não é problemática | FD contra a homossexualidade |
|----------------------|--|--|
| - Homossexualismo | - Homossexualidade - Prática homossexual | - Amor que não ousa dizer o nome - Preferência sexual degenerada - Pecado nefando - Agressão total à natureza humana - Hábitos imundos |
| - Homossexual (ais) | - Comunidade homossexual - Gay e lésbica - Grupo gay | |
| - Heterossexuais | - Polígamos declarados | |
| - Heterossexualidade | | - Costume obrigatório o homem ter esposa como companheira e não outro homem |
| - Sexualidade | - Orientação sexual - Preferências sexuais | |
| - Preconceito | - Homofobia - Discriminação | |

Já quanto aos atos de fala, temos as seguintes ocorrências, listadas no Quadro 2, que variaram de acordo com a formação discursiva do autor da carta:

Quadro 2 – Atos de fala presentes nas cartas sobre o caso "Zumbi"

| <i>FD para quem a homossexualidade não é problemática</i> | <i>FD contra a homossexualidade</i> |
|---|-------------------------------------|
| - Condenar a reação da comunidade negra contra a tese de Mott | - Condenar a tese de Mott |
| - Lembrar que a liberdade de expressão é um direito de todos e que deve ser garantida | - Condenar a prática homossexual |
| - Reafirmar a tese da homossexualidade de Zumbi | - Desmentir a tese de Mott |

Selecionamos os seguintes exemplos com o objetivo de ilustrar alguns dos atos de fala presentes nas cartas:

- [6] – *Antes de mais nada, lembro que a liberdade de pesquisa deve ser respeitada. Se o antropólogo Luiz Mott está certo ou não na sua hipótese de que o líder Zumbi dos Palmares era homossexual é um tema para ser discutido. Outra coisa, no entanto, é bloquear os canais do debate e colocar-se na via única da barbárie. (Folha de S. Paulo)*
- [7] – *Venho desmentir, como africano que sou e oriundo da tribo dos jagas, a mesma da qual Zumbi é descendente, as calúnias e difamações infundadas, que estão sendo atribuídas contra Zumbi. (Folha de S. Paulo)*

Nos exemplos a seguir, destacam-se os predicados valorativos atribuídos à Luiz Mott, ressaltando a sua condição social de professor universitário, homem da ciência e do saber, pesquisador e estudioso (“professor doutor Luiz Mott”, “o antropólogo Luiz Mott”, “o professor Luiz Mott”). Essa caracterização discursivo-referencial de Luiz Mott tem um efeito positivo no discurso daqueles que se colocam favoráveis à hipótese levantada pelo antropólogo. Explica-se: se quem fala é uma pessoa séria, seu discurso também é sério,

merece crédito. A maneira escolhida, nestas cartas, para se referir a Mott exclui naturalmente muitas outras características do antropólogo, que poderiam ter aparecido no discurso, mas que foram “esquecidas”, “postas de lado”, propositadamente ou não. Por exemplo, poder-se-ia ter definido Mott como pai de família ou homossexual. Com exceção da carta [10], que faz referência ao fato de Mott ser membro de um movimento de homossexuais, em nenhuma outra a homossexualidade de Mott é mencionada. Isto indica que quem escreve é indiferente, não dá muito relevância ao tema. Provavelmente, os autores destas cartas pertencem a uma formação discursiva que não vê a homossexualidade como problema, isto é, não são preconceituosos em relação ao assunto.

[8] – Fiquei surpreso e decepcionado com a irritação e homofobia com que algumas pessoas se manifestaram a respeito da tese do professor doutor Luiz Mott sobre Zumbi. Minha surpresa é com o fato de se achar que “desmoraliza” ou macula a imagem de Zumbi a sugestão de homossexualidade. Em que ser homossexual seria ruim para Zumbi ou qualquer outra pessoa? Imbuídos de uma cultura machista branca, judaica e cristã, personalidades negras beijaram a mão do algoz cultural ao tomarem posição com tanto *preconceito*. É preciso que se saiba que em outras culturas, e na africana também, há muita indulgência com a prática homossexual. (*Jornal do Brasil*)

[09] – Antes de mais nada, a liberdade de pesquisa deve ser respeitada. Se o antropólogo Luiz Mott está certo ou não na sua hipótese de que o líder Zumbi dos Palmares era homossexual, é um tema para ser discutido. Outra coisa, no entanto, é bloquear os canais do debate e colocar-se na via única da barbárie. O episódio abre a oportunidade de esclarecer melhor a questão: não se Zumbi era neguinho ou neguinha, mas como estão vivos, aqui e agora, o *preconceito* e o seu braço direito – a violência. (*Folha de S. Paulo*)

[10] – Quando celebramos os 300 anos da morte de Zumbi dos Palmares e sedimentamos o dia 20 de novembro como o Dia Nacional da Consciência Negra, cabe ressaltar que independentemente de qualquer orientação sexual, Zumbi vale para todos nós – homossexuais ou heterossexuais, negros ou não-negros – pelo seu ideal de libertação. *O professor Luiz Mott*, militante do Movimento de Homossexuais, busca apontar para a sociedade pessoas de grande contribuição histórica, visando a demonstrar que ser homossexual não é impeditivo para o exercício pleno de um papel social. Assim, como mulher negra e feminista, ao analisar a vida de Zumbi dos Palmares e a causa pela qual foi assassinado, fico à vontade para considerar que Zumbi foi, além de negro, mulher, favelado, deficiente físico, enfim, síntese de todos os excluídos inconformados com a exclusão social. (*O Globo*)

Do que foi exposto, fica claro que a discussão criada entre negros e homossexuais em torno da imagem de Zumbi mostrou-se essencialmente simbólica. Isto é, a tese de Mott abriu aos homossexuais a possibilidade de também elegerem o líder negro como símbolo da luta contra o preconceito que sofrem na sociedade. Estava em jogo a identidade social de Zumbi. O centro da questão era “descobrir” a que grupo social pertencia Zumbi: ao dos negros, com o qual estava tradicionalmente associado, ao dos homossexuais, ou a ambos? Mesmo possuindo, ao menos supostamente, as duas características, ser negro e homossexual, para os negros, apenas uma dessas características deveria aparecer como representação de sua imagem para o público.

Enfim, negros e homossexuais lutam contra os valores dominantes que os constituem como grupos estigmatizados na sociedade. Para tanto, buscam dar novos conteúdos à classificação dominante, ou seja, as características étnicas ou de gênero não são negadas, mas são re-apropriadas com nova valoração. Dentro do movimento desses grupos, o ato ilocucionário de (auto-) atribuição de

uma identidade coletiva reflete a busca de autonomia na definição do mundo social e revela a luta pela “re-apropriação coletiva” do poder simbólico “sobre os princípios de construção e de avaliação de sua própria identidade” (Bourdieu, 1989: 125).

2. A preocupação com o discurso “politicamente correto”

A re-apropriação coletiva de construção e valorização de identidade, mencionada anteriormente, é também a meta do movimento “politicamente correto”. O movimento por um comportamento politicamente correto vem crescendo no mundo inteiro. Para alguns, ele é resultado da organização das minorias, para outros, é fruto da crise do racionalismo. O movimento inclui, em especial, o combate ao racismo e ao machismo. Lingüisticamente, tenta tornar não marcado o vocabulário relativo a qualquer grupo discriminado, isto porque, acredita-se, legitimamente, que determinadas formas lingüísticas reproduzem uma ideologia que segrega em termos de classe, sexo, raça e outras características físicas e sociais as quais podem ser objeto de discriminação (cf. Possenti, 1995). Ou seja, sob o ponto de vista da linguagem, o movimento busca propor/impor novas formas lingüísticas, menos discriminatórias para o tratamento e referência a grupos étnicos, à mulher, aos homossexuais etc., o que inclui novas formas de categorização e classificação. Enfim, trata-se de uma luta pelo sentido das palavras, luta-se para que alguns sentidos sejam vitoriosos e outros sejam eliminados, pela supressão de certas palavras e sua substituição por outras. Segundo Possenti (1995), o movimento em defesa do uso politicamente correto da linguagem já produziu fatos discursivos importantes em favor de teses clássicas da AD e, em especial, da afirmação de Bakhtin (1929), segundo a qual o signo não reflete, mas refrata a realidade, tornando-se, por consequência, a arena da luta de classes. Sob o ponto de vista lingüístico, o movimento política-

mente correto é um exemplo vivo de que a significação só pode ser explicada por meio de uma história entendida como resultado da disputa entre grupos.

Em algumas das cartas a respeito de Zumbi aparece a preocupação dos leitores em usar uma linguagem politicamente correta quando se referem aos negros ou aos homossexuais. Vejamos os exemplos:

[11] – Considero que o ano de 1995, consagrado pelo *povo afro-brasileiro* às celebrações dos 300 anos do Quilombo dos Palmares, deve ser marcado pelo espírito de igualdade, tolerância e fraternidade que fizeram da república palmarina, mais que um simples ajuntamento de revoltados e fugitivos, a alternativa de uma sociedade mais justa para todos os excluídos e perseguidos pela sociedade colonial escravista. (*Jornal do Brasil*)

[12] – A propósito da matéria “Negros e homossexuais disputam Zumbi” (19/5), cumpre esclarecer que as opiniões e atitudes do antropólogo Luiz Mott não podem ser atribuídas à comunidade homossexual, a qual preferimos chamar de *gay e lésbica*. (*Jornal do Brasil*)

Como já dissemos, a linguagem politicamente correta busca combater o uso de termos correntes, ideologicamente marcados, propondo a substituição de tais termos por outros, que seriam “neutros” ou “objetivos”, considerados não-marcados. Em [11], usa-se “afro-brasileiro” em vez de um termo mais marcado como “negro” e, em [12], afirma-se que é preferível usar “gay e lésbica” no lugar de “comunidade homossexual”. Como cor e sexo são as razões da discriminação, a suposição é a de que as palavras escolhidas (“afro-brasileiro”, “gay e lésbica”) apenas despreveriam origens étnicas e opções sexuais, fazendo com que os discursos passassem a ser politicamente neutros.

Possenti (1995) explica que a hipótese do movimento politicamente correto parece ser a de que a conotação negativa provém da própria palavra. A tese da Análise do Discurso é a de que a palavra produz os efeitos de sentido que produz em decorrência do discurso a que pertence tipicamente (um discurso machista, racista etc.). Tal discurso só ocorre se a sociedade for de alguma forma machista, racista etc. Vale dizer, se houver suporte sociológico e histórico na formação social para que haja uma ideologia machista ou racista, materializando-se num discurso que contenha marcas características dessas ideologias. Ou seja, o que a AD argumenta é que os sentidos das palavras e enunciados resultam de suas enunciações, em discursos que não ocorrem no vácuo, em espaços neutros, ideologicamente assépticos. Ou, de outra maneira, as palavras significam o que significam por causa de sua história discursiva e os falantes interpretam os textos considerando essas histórias.

Como os sentidos não são os mesmos para os diversos falantes situados em lugares sociais diferentes, teses clássicas da AD ficam confirmadas. Por outro lado, os locutores que usam termos marcados acabam sendo classificados como machistas, racistas, preconceituosos, com base em sua prática discursiva, ou pelo menos por meio dela. Mesmo que não tenham a intenção, isto é, mesmo que eles não se dêem conta, seus discursos, por incluírem determinados termos marcados, produzem efeitos negativos. Além disso, há outro aspecto relevante: alguns falantes se dão conta e outros não, da carga negativa ou positiva de certos termos ou, alternativamente, alguns falantes se dão conta da carga negativa de certos termos apenas quando aplicados “inadequadamente”. Foi o caso de Walmir França Santos, que na época da polêmica em torno de Zumbi ocupava o cargo de coordenador cultural do bloco ONG Olodum, da Bahia. Santos declarou que a afirmação de Mott “denegria” Zumbi, usando um verbo que, sob o ponto de vista do movimento negro, é terminantemente proibido por sua suposta forte carga de preconceito.

Voltando a falar do discurso homossexual, Souza (1997) indaga como é possível enunciar uma subjetividade subsumindo-se à palavra do outro, já que discursivamente a construção de uma identidade homossexual está previamente definida pela medicina e pela psiquiatria, pelo direito penal e por domínios correlatos de saber. Conforme cada um desses domínios discursivos, o homossexual é percebido e objetivado como doente, imoral ou infrator. No campo discursivo da moral e dos costumes, encontram-se termos pejorativamente associados às expressões “homossexual” e “homossexualidade” com os quais se procura designar uma patologia-desvio sexual, pederastia, inversão. Muitas dessas palavras, por serem consideradas preconceituosas, depreciativas e até ofensivas, estão banidas do campo discursivo da afirmação homossexual (“bi-cha”, “veado”, “fresco”, “boneca”, “afetado”, “rapaz alegre”). Postula-se que ao falar de si, os homossexuais não teriam outra saída senão assujeitar-se ao discurso desse outro. Dir-se-ia que o homossexual não tem discurso, por isso tem de usar o discurso do médico, do jurista, do psiquiatra para se auto-referir. No entanto, afirmar que discursivamente a identidade homossexual já está previamente definida pelos campos da medicina, da psicanálise e do direito não implica em dizer que os sentidos estão sedimentados, pois eles podem sofrer re-configurações, resultando em mudanças.

3. O chute na Santa Católica: católicos x evangélicos

No dia 12 de outubro de 1995, a Rede Record de televisão, adquirida quatro anos antes pela Igreja Universal do Reino de Deus, de propriedade do bispo Edir Macedo, exibiu o gesto do bispo Sérgio von Helder, também da Universal, chutando a imagem de Nossa Senhora da Conceição Aparecida. Durante sua pregação, von Helder se referia aos descaminhos da fé católica por adorar uma “imagem de barro”. Para melhor ilustrar seu ponto de vista, negando qualquer valor sagrado à figura de Nossa Senhora, ele pôs-se a

dar pontapés numa imagem que a representava. Tal gesto foi considerado um ato de profanação e ofensa aos católicos, provocando enorme indignação popular e mobilizando em defesa da Igreja Católica não só sua hierarquia como também figuras eminentes de praticamente todas as outras religiões.

Vale frisar que, no calendário católico, o dia 12 de outubro é dedicado à Nossa Senhora Aparecida. Desde sua entronização solene como Padroeira do Brasil, em 1931, as homenagens dos fiéis à Santa se repetem, a cada ano. Milhões de católicos de todo o país cumprem promessas e fazem romarias e procissões rumo a Aparecida do Norte. As comemorações e festejos recebem cobertura de toda a imprensa. Ao chutar a estátua de Nossa Senhora justo no seu dia, a atitude de von Helder foi considerada um insulto, recebendo a reprovação de toda a população.

De fato, todas as cartas aqui analisadas sobre o “chute na santa” condenam a atitude de von Helder. Um aspecto interessante de se ressaltar é a qualidade ilocutória das palavras usadas pelos leitores para nomear o fato. Uma classificação grosseira mostra que algumas dessas palavras trazem em si a idéia de ação (“o ato”, “a atitude”, “o gesto”). Em outras, a força ilocucionária é bem maior, pois, as palavras veiculam a idéia de ação pelo uso da força, da violência (“a agressão”, “o ataque”). Acreditamos que a escolha da palavra “cena”, também presente nas cartas, tenha se dado em virtude do gesto de von Helder ter sido veiculado pela televisão. Atrelada a cada uma dessas palavras-chave (“ato”, “atitude”, “gesto”, “agressão”, “ataque”) ainda se sobressai uma adjetivação com forte carga negativa (ver quadros adiante). Muitas vezes, esta adjetivação insinua que o bispo da Igreja Universal é uma pessoa mentalmente desequilibrada, como em: “cena de completo desvario”, “ato tresloucado”, “gesto tresloucado”, “insana ação”, “ato de selvageria típico de pessoas mentalmente desequilibradas”. Em outras, se sobressai o caráter violento do gesto de von Helder: “cena de selvage-

ria inusitada”, “cenas de vandalismo e impropérios”, “ato de vandalismo”, “ato de selvageria”, “ato irresponsável, grosseiro”, “gesto grosseiro”, “monstruoso gesto”, “os pontapés”, “a violência”, “o chute”, “a trágica seqüência de acontecimentos”. A seguir, expomos de maneira esquemática, isto é, agrupadas em torno de palavras-chave, todas as denominações encontradas nas cartas dos leitores a respeito do episódio “chute na santa”:

Palavra-chave "CENA"

- uma revoltante cena
 - uma cena de desrespeito barato a um símbolo de fé do povo brasileiro
 - cena de selvageria inusitada
 - cenas de vandalismo e impropérios
 - famigerada cena de completo desvario
-

Palavra-chave "ATO"

- um ato inominável e digno de um anticristo a espalhar a discórdia
 - ato escabroso e escandalizante
 - ato de vandalismo
 - ato de intolerância
 - ato repulsivo e sacrílego
 - ato de selvageria típico de pessoas mentalmente desequilibradas
 - ato irresponsável, grosseiro e tresloucado
 - ato antievangélico, anticristão e anti-social
 - ato pueril
-

Palavra-chave "ATITUDE"

- a atitude estúpida do "bispo" que praticou ato pecaminoso chutando satanicamente a ...
 - a lamentável atitude desse representante da Igreja Universal
 - atitude prepotente, despótica e fundamentalista
 - atitude que ofendeu a família católica do mundo inteiro
-

Palavra-chave "GESTO"

- gesto grosseiro
 - gesto tresloucado
 - gesto mesquinho
 - tresloucado gesto do pastor von Helder
 - monstruoso gesto do pastor da Igreja Universal
-

Palavra-chave "ATAQUE"

- o ataque a Nossa Senhora Aparecida
 - os ataques de certo "bispo" selfmade à devoção à Mãe de Jesus
-

| Palavra-chave "AGRESSÃO" |
|--|
| - a agressão |
| - a agressão do iconoclasta tupiniquim |
| - a agressão à imagem da padroeira |
| - a agressão à imagem de Nossa Senhora Aparecida |
| - a agressão à Nossa Senhora Aparecida |
| - a agressão que a padroeira sofreu |
| - a recente agressão de um pastor evangélico à religião católica |
| - lamentável e grotesco episódio de agressão à imagem de Nossa senhora Aparecida |

| OUTROS |
|---|
| - os pontapés de um membro na estátua de uma santa imaginária |
| - a violência do sr. Sérgio von Helder |
| - o chute na imagem da virgem, a violência do sr. Sérgio von Helder |
| - a trágica sequência de acontecimentos |
| - a insana ação do pastor von Helder |
| - revoltante episódio |

Como vemos, embora a maneira de nomear o episódio do chute na santa seja bastante variada, todas elas têm um ponto em comum, são avaliações negativas do acontecimento. Como já falamos, a agressão de von Helder à imagem de Nossa Senhora Aparecida foi considerada um ato de profanação e ofensa aos católicos que provocou forte reação da população. Nas cartas dos leitores, essas reações equivalem a atos de fala. O principal deles – presente em todo o conjunto de cartas sobre o chute na santa – foi o repúdio a atitude praticada pelo bispo da Universal. Os leitores escreveram para registrar indignação, lamentar, denunciar, reprovar, protestar contra a atitude de von Helder. Vejamos os exemplos abaixo relacionados:

[13] – Como cidadão, registro a minha surpresa e indignação com a atitude prepotente, despótica e fundamentalista do bipo Sérgio von Helder...
(Folha de S. Paulo)

[14] – Não posso deixar de vir a público expressar meu repúdio ao ato repulsivo e sacrílego do pastor Sérgio von Helder... (O Globo)

- [15] – Os ex-alunos maristas, cuja educação foi plasmada à sombra de Maria, *lamentam o ocorrido e afirmam sua inabalável fé* nos princípios que um dia lhes foram transmitidos no colégio. (*O Globo*)
- [16] – Como evangélico, *reprovo a atitude do bispo Sérgio von Helder*. (*Folha de S. Paulo*)
- [17] – Nós, mulheres, milenarmente excluídas na cidade e nos templos católicos, budistas, judeus, umbandistas, muçulmanos, evangélicos, etc e sem religião, *repudiamos a intolerância do pastor von Helder...* (*Folha de S. Paulo*)
- [18] – *Protesto contra a Igreja Universal do Reino de Deus* por sua responsabilidade objetiva no caso da Imagem de Nossa Senhora protagonizado por um de seus bispos. (*O Globo*)
- [19] – *Externamos o nosso fervoroso protesto contra a atitude do “pastor” von Helder, da Igreja Universal*. (*Folha de S. Paulo*)

Em algumas das cartas, além de se mostrarem indignados com o ocorrido, os leitores pedem a punição do pastor da Igreja Universal. De acordo com o que argumentam nas cartas, esta punição caberia à Justiça brasileira, exemplo [20], à própria Igreja Universal, exemplo [21], ou à Igreja Católica, exemplos [22] e [26]. Vejamos os trechos das cartas que põem em evidência tais fatos:

- [20] – ... Sérgio von Helder ofendeu não só os católicos e os nossos foros de cidade civilizada, como feriu a Carta dos Direitos Universais do Homem, a nossa Constituição e as nossas leis penais. *É necessário que seja processado e condenado pelas leis penais*, pois o seu crime é de ordem pública, não estando ao arbítrio de nenhuma autoridade ignorá-lo e impedir o processo de julgamento. (*O Globo*)

- [21] – Levando em conta que Nossa Senhora da Aparecida é a protetora do Brasil e mãe espiritual de todos os brasileiros, *sou do parecer que o pastor Sérgio von Helder deverá ser punido pelo bispo Edir Macedo com a sua transferência para outro país onde existam filiais da Igreja que ele preside. (O Globo)*
- [22] – ... *É preciso que as autoridades eclesiásticas tomem uma atitude contra esse gesto grosseiro, ateu, que ofende a família católica do mundo inteiro. (Folha de S. Paulo)*
- [23] – *Nós católicos não vamos nos calar diante desta violência sofrida por Nossa Senhora, e queremos providências firmes e urgentes por parte de nossas lideranças. (O Globo)*

Aos atos de fala básicos já mencionados (condenar, lamentar, protestar etc), vão se agregar outros, como: *justificar* o culto a imagens, *condenar* o culto a imagens, *lembrar* que a liberdade de crença é lei, *denunciar* o ataque da Igreja Universal contra os umbandistas, *pedir o perdão* para von Helder, *comentar* a briga entre a TV Record e a TV Globo, *protestar* contra as isenções fiscais que beneficiam instituições religiosas, *falar mal* dos evangélicos, *protestar* contra o feriado dedicado à Nossa Senhora, *falar mal* dos católicos etc.

Vale lembrar que os (macro)atos de fala não são excludentes, a presença de um deles não inviabiliza o aparecimento de um outro na mesma carta. Ao contrário, o mais comum é diferentes atos de fala virem mesclados numa única carta, podendo haver algum que se pode destacar como o predominante.

Chamamos a atenção para o fato de que, nos exemplos [15], [16], [17] e [23] transcritos acima, os atos de fala presentes nas cartas correspondem a atribuições de identidade (“Os ex-alunos maristas...”, “Como evangélico...”, “Nós, mulheres...”, “Nós, católi-

cos...”). Por sua vez, estas atribuições de identidade estabelecem uma demarcação social e, por conseguinte, espaços de atuação, comportamentos e atitudes legítimas, em suma, as diretrizes que norteiam as interações e as próprias relações sociais.

Como visto anteriormente, Penna (1997) sugere considerar a atribuição de identidade como um ato ilocucionário. Ela mostra a importância de considerar o caráter convencional – do ponto de vista sociocultural e também lingüístico – de certos padrões de atribuição de identidade, como o uso de expressões do tipo “Você sabe com quem está falando” e “Você não passa de um...”. Consideramos bastante pertinentes e importantes as observações de Penna. A partir dessas observações, analisamos os exemplos que seguem:

[24] – Acho que *esse cidadão* da Igreja Universal ultrajou não só a fé do povo brasileiro como também o Brasil, que tem nela sua padroeira. Acho que d. Paulo Evaristo Arns e d. Aloísio Lorscheider deixaram de tomar uma atitude condizente com os postos que ocupam, pois poderiam revidar a atitude *daquele cidadão*. (*Folha de S. Paulo*)

[25] – Muito oportuno o editorial da primeira página da edição do Globo do dia 15/10. Resta saber, sobre o episódio, se o *cidadão Sérgio von Helder* seria capaz de chutar um despacho, desses que se encontram em encruzilhadas, com galinha, farofa, cachaça, flores etc... Refiro-me a um “trabalho” autêntico e não uma montagem para fins jornalísticos. (*O Globo*)

Com relação aos exemplos [24] e [25], é interessante notar que os autores das cartas referem-se a von Helder não como bispo, pastor, ou simplesmente “von Helder”, mas como “o *cidadão* von Helder”. O que merece breve comentário.

Roberto DaMatta (1936), discutindo a questão da cidadania no Brasil, afirma que a palavra “cidadão” é usada sempre em situa-

ções negativas, para marcar a posição de alguém que está em desvantagem ou mesmo inferioridade.

De acordo com DaMatta, existem sociedades onde os indivíduos são fundamentais; e sociedades onde as relações é que são fundamentais. Segundo ele, o Brasil está incluído nesse segundo grupo. Aqui, o cidadão é um sujeito sem voz, quase sempre maltratado pelas autoridades, que não resolvem e/ou dificultam a solução dos problemas dos indivíduos. Tal fato se evidencia no discurso, pelos enunciados corriqueiros como os que seguem: “o automóvel pertence àquele cidadão”; ou “o cidadão não tem todos os documentos em ordem” (exemplos do autor).

No caso brasileiro, o cidadão é o sujeito por excelência das leis impessoais (e universais), bem como do poder brutal da polícia, que servem sistematicamente para diferenciá-lo e explorá-lo impiedosamente, *tornando-o um igual para baixo*, numa nítida perversão do ideário político liberal (DaMatta, 1936: 72 – grifos nossos).

DaMatta explica que, no Brasil, se o indivíduo (ou cidadão) não tem nenhuma ligação com pessoa ou instituição de prestígio na sociedade, ele é tratado como um inferior. Mas se ele tem uma ligação forte com o Estado (ou o governo), ele pode ser, então, tratado de maneira diferenciada, privilegiada. É a relação que explica a perversão e a variação do conceito de cidadania no Brasil, que envolve uma prática desigual e efetivamente hierarquizada em termos de sua proximidade do poder.

A velha expressão “sabe com quem está falando?”, analisada por DaMatta (1936), revela bem esta realidade brasileira e aponta uma espécie de reverso lógico-social de tudo o que foi dito anteriormente sobre os papéis de “cidadão” e de “indivíduo”. Segundo o autor, o que permite o uso desta expressão, bem como determina o seu sucesso ou fracasso, é a possibilidade de clamar e estabelecer uma relação. Explica-se: contra a lei universal, o indivíduo se de-

fende e faz valer sua vontade e suas razões não utilizando para isso uma outra lei universal, mas uma relação pessoal que lhe permite dobrar ou romper a lei. Nestes casos, a lógica é a seguinte: a lei não está errada, mas não se aplica ao sujeito – ou seus protegidos, logo, a lei deve ser esquecida ou anestesiada e o caso particular ressaltado por meio de um relacionamento específico.

Seguindo esta linha de raciocínio, chamar von Helder de “cidadão” ou “senhor” equivaleria à destituí-lo do cargo de bispo, retirando-o da posição privilegiada que ocupa dentro da hierarquia da Igreja Universal e submetendo-o a um tratamento universalizante e impessoal. Isto é, chamar von Helder de “cidadão” iguala-o aos demais, negando-lhe qualquer possível diferenciação. Neste caso, pretende-se “anular” posições e papéis sociais (o papel de bispo). Pode-se dizer, então, que o ato ilocucionário de atribuição de identidade aqui presente “nivela-o por baixo”. Desta forma, nenhum outro dado disponível, nenhuma outra característica é considerada, pois não há interesse em percebê-la. Assim, na hora de julgar von Helder pela agressão que cometeu, não se levaria em conta suas gradações, suas singularidades, seu *status* social. Ele deixaria de ser um “supercidadão” e passaria a ser um “subcidadão”, anônimo e desgarrado.

As expressões “bispo *selfmade*”, “pseudo bispo”, “esse líder que se diz religioso”, “esse representante da Igreja Universal”, “esse funcionário de segundo escalão”, “esse insensato pastor que vomitou impropérios na TV”, “pastor descontrolado”, “pastor insano”, “embusteiro”, “comparsa”, “tresloucado homem” também procuram desqualificar von Helder, chamando atenção para o fato de que o gesto praticado por ele não é digno de alguém que tem o título de bispo. Isso ainda aparece em alguns comentários explícitos, como em: “Muita gente está com a Bíblia na mão e não sabe entendê-la”, “...ficou a dúvida quanto à sanidade mental desse ‘pastor’, que nem mesmo compreendeu o significado do título religioso que carrega”, “ato inominável e digno de um anticristo a espalhar a discórdia”, “ato antievangélico, anticristão e anti-social”.

Das 34 denominações encontradas nas cartas para von Helder chamam atenção os pares contrastantes bispo/“bispo”, pastor/“pastor”. Diante da variação ausência/presença das aspas, propomos uma análise que toma por base os estudos de Authier-Revuz (1982, 1984, 1992) sobre heterogeneidade discursiva. Vejamos o exemplo abaixo:

[26] – O “bispo” Sérgio von Helder teve a ousadia de atacar com murros e chutes, como protesto, a santa imagem da padroeira do Brasil, maior nação católica do mundo. É uma afronta abominável que não pode ser perdoada ou esquecida, mas punida com a execração pública desse “bispo” e com o rigor da lei. (*O Globo*)

O autor da carta [26] classifica como uma afronta a maior nação católica do mundo a atitude de von Helder de ter chutado a imagem de Nossa Senhora, padroeira do Brasil. Na opinião desse autor, Sérgio von Helder deveria ser julgado publicamente, dentro dos rigores da lei, pela agressão que cometeu.

Guiando-nos por Authier-Revuz (1992), sabemos que as aspas no exemplo [26] estão sendo utilizadas no intuito de mostrar que o autor do enunciado, além de não se responsabilizar pelo uso da palavra, sugere que se trata, no caso, de um uso inadequado. Isto é, ao aspear a palavra “bispo” o autor estaria questionando se von Helder deveria ocupar o lugar de bispo, já que ao chutar a imagem de Nossa Senhora Aparecida, teria demonstrado não ser merecedor do cargo que ocupa. Ao agir de tal forma, von Helder teria mostrado ser uma pessoa intolerante, que planta a discórdia entre as religiões. Certamente, não é este tipo de atitude que se espera de um líder religioso. As aspas teriam, portanto, como função questionar o título de bispo concedido pela Igreja Universal a von Helder. Deste ponto de vista, ao empregar este sinal, o enunciador estaria alertando o destinatário. As aspas funcionam como se

ele dissesse ao interlocutor que sabe que esta palavra não convém, mas que ele a emprega assim mesmo. Em casos como esses, Authier-Revuz afirma que a forma de abordar o uso das aspas recai sobre uma dimensão negativa, em que o estatuto de não adequação de uma palavra colocada entre aspas pode ser o lugar marcado pela falta.

Ainda é interessante notar que, paralelamente ao emprego das aspas sob a palavra bispo, o autor diz também que a atitude de von Helder “é uma afronta abominável que não pode ser perdoada ou esquecida, mas punida com a execração pública... com o *rigor da lei*”. Se as aspas funcionam como uma tentativa de questionar o cargo que von Helder ocupa na hierarquia da Igreja Universal, destituí-lo (mesmo que apenas discursivamente) do cargo implica na perda de *status*, de poder. Sem os privilégios institucionais do cargo, von Helder seria uma pessoa comum e, como pessoa comum é que ele seria julgado com o *rigor da lei*. Assim, o funcionamento discursivo das aspas assemelha-se ao emprego da palavra “cidadão” analisada anteriormente.

Conclusão

Considerar a atribuição de identidade como um ato ilocucionário significa caracterizá-la como a “realização de um ato *ao* dizer algo, em oposição à realização *de* um ato de dizer algo” (Austin, 1962: 89), pois, tais enunciados fazem uma demarcação, delimitam grupos, incluindo ou excluindo/discriminando, estabelecendo os pares e os “outros” (por vezes “inimigos”) etc. Desta forma, as atribuições de identidade estabelecem uma demarcação social e, por conseguinte, espaços de atuação, comportamentos e atitudes legítimas, em suma, as diretrizes que norteiam as interações e as próprias relações sociais. No mínimo, classificam uma ação na medida em que uma categorização, sempre dependente do critério

escolhido, organiza significativamente o mundo – por meio de um ordenamento e uma qualificação – e não apenas reflete uma ordem preexistente.

RÉSUMÉ: Dans ce travail, nous discutons la relation entre “la construction de l’identité” et “les actes de parole”. Nous sommes de l’avis que les énoncés attribuant l’identité ont une puissante force illocutoire puisque leur simple énonciation réalise une action de reconnaissance/d’identification sociale. A partir de la Théorie des Actes de Parole et de l’Analyse du Discours, nous étudions 117 lettres envoyées aux rédactions et publiées dans les journaux O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo, O Globo et Jornal do Brasil, concernant des événements survenus en 1995: le coup-de-pied sur l’image d’une dainte catholique et les propos sur une possible homosexualité de Zumbi. Ces deux faits ont géré une dispute entre catholiques et évangéliques, entre noirs et homosexuels.

MOTS-CLÉ: Identité; discours; actes de parole; analyse du discours.

Bibliografia

- AUSTIN, J. L. (1962) *Quando dizer é fazer: palavras e ação*. Porto Alegre: Artes Médicas. (edição brasileira 1990).
- AUTHIER-REVUZ, J. (1982) “Hétérogénéité montrée et hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche de l’autre dans le discours”. In: *DRLAV*, v. 26. p. 91-151.
- _____. (1984) “Heterogeneidades(s) enunciativa(s)”. Trad. Celene M. Cruz e João Wanderley Geraldi. In: *Cadernos de estudos lingüísticos*, 19. Campinas: IEL/Unicamp. p. 25-42. (1990).
- _____. (1992) *Les non-coïncidences du dire et leur représentation métaénonciative*. Tese de Doutorado de Estado, Universidade de Paris VIII.
- BAKHTIN, M. (Volochinov) (1929) *Marxismo e filosofia da linguagem*. 6. ed. Trad. Michel Lahud e Yara Frutreshi Vieira. São Paulo: Hucitec. (1992).
- BORDIEU, P. (1989) *La distinction: critique social du jugement*. Paris: Editions du Minuit.

- DaMATTA, R. (1936) "Cidadania, a questão da cidadania num universo relacional". In: *A casa & a rua*. 5. ed. Rio de Janeiro: Rocco. p. 65-98. (1997).
- FOUCAULT, M. (1969) *Arqueologia do saber*. Trad. L.F. Baeta Neves. Petrópolis: Vozes. (1971).
- ORLANDI, E. (1988) *Discurso e leitura*. São Paulo, Campinas: Cortez/Editora da Unicamp.
- PENNA, M. (1997) *Identidade social, linguagem e discurso*. Tese de Doutorado. Pós-Graduação em Letras e Linguística, UFPE.
- POSSENTI, S. (1995a) "A linguagem politicamente correta e a análise de discurso". In: *Revista de estudos da linguagem*, 4 (2). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais. p. 123-40.
- SEARLE, J. R. (1969) *Os actos de fala: um ensaio de filosofia da linguagem*. Coimbra: Almedina. (1981).
- SOUZA, P. (1997) *Confidências da carne*. O público e o privado na enunciação da sexualidade. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp.